



## **TRAJETÓRIA EDUCACIONAL: NARRATIVAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL DO ENSINO SUPERIOR <sup>1</sup>**

Ana Claudia Fontes da Silva <sup>2</sup>  
Simone Aparecida Fernandes<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O texto apresenta a discussão de uma pesquisa qualitativa ainda em curso, que constitui a trajetória educacional e as vivências no ensino superior de três estudantes universitários com deficiência visual (baixa visão) da Universidade Federal do Espírito Santo de Alegre/ES (Ufes/Alegre), pelo método da História de Vida Tópica (HVT), por meio de Entrevistas Narrativas (EN) e diário de campo. A perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano de Vigotski e seus estudos defectológicos foi adotada como referencial teórico, bem como uma incursão sobre a trajetória da educação especial, principalmente, no Brasil. Os estudos sobre capacitismo, são luzes sob as quais examinamos as vivências em termos das concepções sociais sobre deficiência que permeiam o cotidiano das pessoas com deficiência. As narrativas dos estudantes revelam uma trajetória permeada de desafios relacionados à ausência de planejamento de ações de acessibilidade, bem como de atitudes capacitistas. Por outro lado, denota-se que os estudantes, nesses espaços coletivos de interações sociais, de participação e envolvimento com o meio social, bases essenciais para a aprendizagem e desenvolvimento, constroem estratégias de forma autônoma e independente, sobretudo quando garantido o acesso aos direitos e serviços que contribuem para inclusão efetiva no processo educacional, e no ensino superior, na apropriação do universo da vida acadêmica, de uma formação humana e profissional.

**Palavras Chaves:** Trajetória educacional, Ensino Superior, Pessoas com Deficiência, Capacitismo

### **INTRODUÇÃO**

O texto apresenta o percurso de uma pesquisa qualitativa, cuja proposta é constituir a trajetória educacional e as vivências no ensino superior de três estudantes

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa é fruto de Relatório de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores da Universidade Federal do Espírito Santo-Ufes em Alegre/ES, como parte das exigências da Disciplina Exame de Qualificação, sob a orientação da professora doutora Simone Aparecida Fernandes Anastácio

<sup>2</sup> Assistente Social, Pós-graduando no Programa de Pós-Graduação Ensino, Educação Básica e Formação de Professores da Universidade Federal do Espírito Santo - ES; ana.cf.silva@ufes.br

<sup>3</sup> Professora orientadora da Universidade Federal do Espírito Santos - ES, simonef.ufes@gmail.com



universitários com deficiência visual (baixa visão) da Universidade Federal do Espírito Santo de Alegre/ES (Ufes/Alegre). A investigação em curso se dá pelo método da História de Vida Tópica (HVT), por meio de Entrevistas Narrativas (EN) e diário de campo. Portanto, busca-se analisar, nas narrativas, as vivências que influenciam de diversas formas a trajetória educacional nos diversos níveis de ensino, identificar a presença do capacitismo e perceber se atualmente ele se materializa no ensino superior.

Pesquisas na área de Educação Especial (KASSAR, 2011; MAZZOTTA, 1994) apontam que, historicamente, pessoas com deficiência foram segregadas em escolas e classes especiais sujeitas a um atendimento assistencialista e terapêutico. Atualmente, a direção é que, para todas as modalidades e níveis de ensino, se desenvolvam e se ampliem políticas e práticas inclusivas. Ainda que comporte retrocessos e avanços, esse movimento, regulamentado principalmente pela Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (BRASIL, 2008), visa assegurar os direitos das pessoas com deficiência.

No processo de pesquisa, no que se refere a educação especial, os estudos apontam que após todo um contexto histórico de práticas que evidenciaram a separação de pessoas com e sem deficiência, segregando-as em classes especiais, escolas especiais e instituições especializadas, de caráter privado, assistencialista, atualmente a direção dada é que em todas as instituições educacionais, sejam públicas ou privadas, em todas as modalidades e níveis de ensino, se desenvolvam e se ampliem práticas e políticas inclusivas, considerando que a institucionalização da perspectiva inclusivista, processo que no Brasil se materializa na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (BRASIL, 2008), ainda que comporte retrocessos e avanços, é um movimento já regulamentado em Leis, nacionais e internacionais, de mudanças paradigmáticas, que visam atender os direitos das pessoas com deficiência.

A PNEEPEI, juntamente com a implementação das ações afirmativas direcionados a grupos historicamente excluídos, têm contribuído para o aumento do número de matrículas de alunos público alvo da Educação Especial na educação básica





e, conseqüentemente, para o acesso desses alunos ao ensino superior. Tal fato tem transformado a realidade dos estudantes, escolas, universidades e professores. Particularmente em relação ao ensino superior, como forma de garantir a permanência desses alunos, espera-se que seja dado suporte aos alunos, assim como no caso do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e das salas de recursos multifuncionais (SRM) na educação básica. A esse respeito, destacam-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, instituído pelo Decreto 7.234, que entre outras ações, ressalta “[...] o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação” (BRASIL, 2010) e a Lei 13.409/2016 (BRASIL, 2016), que trata das Reservas de Vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

Além dos documentos já citados, o Programa Acessibilidade ao Ensino Superior (Programa Incluir - de 2005) (BRASIL, 2013) é que determina a estruturação de núcleos de acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior (IES), como forma de eliminar barreiras arquitetônicas, atitudinais, de comunicação, de informações, de transporte, inclusive aquelas relacionadas às questões pedagógicas e metodológicas, de forma a garantir a participação e o desenvolvimento acadêmico de estudantes com deficiência. No entanto, embora existam documentos que asseguram o direito ao acesso e tentam garantir a permanência de pessoas com deficiência na educação básica e no ensino superior, a trajetória educacional desses sujeitos é marcada pelo capacitismo e falta do suporte necessário ao seu pleno desenvolvimento. Neste sentido, esse trabalho se justifica por trazer à tona elementos da trajetória educacional dos estudantes que hoje estão no ensino superior e, também, se esses elementos e o capacitismo se materializam na vivência desses alunos no ensino superior.

Pensar a trajetória educacional de estudantes do ensino superior com deficiência visual requer, primeiramente, compreender como se constitui socialmente o conceito de deficiência e suas implicações. Para isso, foram escolhidos os estudos de Vigotski sobre





deficiência e discussões recentes encontradas na literatura a respeito do conceito de capacitismo.

Tendo como pressuposto a teoria do desenvolvimento humano registrado na teoria histórico-cultural de Lev Semionovich Vigotski (1896-1934), que considera o ser humano como essencialmente histórico-cultural e social (VIGOTSKI, 1997) e, ainda, seus estudos da defectologia<sup>4</sup>, reafirma-se que é preciso reconhecer a deficiência para além de uma visão biológica.

Nos estudos a respeito da deficiência, Vigotski (1997) argumenta sobre a necessidade de se pensar potencialidades e não a deficiência dos sujeitos, considerando apenas a peculiaridade na organização das funções psicológicas superiores. Neste sentido, nos diz que o que define o destino de uma pessoa com deficiência não é a deficiência em si, mas as consequências sociais, o que o leva a propor a existência de deficiência primária e deficiência secundária. As deficiências primárias são de ordens orgânicas, podem não se modificar e referem-se às características físicas, enquanto que as deficiências secundárias surgem como consequência social das primárias (VIGOTSKI, 1997). As deficiências secundárias, que são diferentes para cada pessoa porque podem variar de acordo com cada característica orgânica, podem ser transformadas, pois surgem nas relações sociais estabelecidas e estas relações são passíveis de mudanças.

Outro ponto importante destacado por Vigotski (1997), diz respeito ao que ele denomina de compensação social, que é a forma de a pessoa com deficiência reagir diante da deficiência no sentido de superar as barreiras impostas pela deficiência. Então, ainda que isso pareça um paradoxo, a criança com deficiência reage à sua deficiência, sendo essa, na verdade, uma fonte de riqueza, de energia, de força, pois os estímulos do meio social conduzem aos processos compensatórios (VIGOTSKI, 1997). Na concepção da compensação, a partir da deficiência pode surgir o talento, a vitória, entre outras,

---

<sup>4</sup> O termo se refere ao estudo de crianças com algum tipo de deficiência, na época chamada de “defeito”, fosse física ou intelectual.



como no caso da cegueira, em que a pessoa busca vencer a limitação espacial. Portanto, pensar o desenvolvimento da criança cega focando a sua cegueira é um equívoco, pois devemos considerar, na verdade, seu desenvolvimento voltado a vencer a cegueira, que significa fonte de superação. Trata-se de romper com o aspecto biológico da deficiência e não negar o poder de transformação dos sujeitos (VIGOTSKI, 1997), o que requer romper com pensamento, posturas e ações capacitistas que constituem nossa sociedade.

Fundamentado em crenças equivocadas, o capacitismo, conceito novo, está embasado na ideia de que pessoas são inferiores por não se enquadrarem em padrões socialmente e culturalmente pré-estabelecidos. Pelos estudos de Campbell (2008) destaca-se nossa resistência ao outro, nossa dificuldade de interrogar pela diferença e equipará-los à normalidade.

Dias (2013) argumenta que capacitismo (do inglês *ableism*) traz como significado a discriminação por motivo da deficiência e diz respeito à questão de “produção de poder pela narrativa social, relacional com a temática do corpo e ao padrão perfeito, dito normal e normativo” (DIAS, 2013, p. 5), que remete a incapacidade e inaptidão em razão da deficiência. Neste aspecto, Pereira (2008) também concorda com a tradução do termo *ableism, disablism e disablist* para capacitismo, não havendo, até então, uma tradução para português que melhor correspondesse ao termo, e destaca a importância desse debate para expressar a opressão que pessoas com deficiência enfrentam relacionada a “comportamentos discriminatórios, opressivos ou abusivos originados pela crença de que as pessoas com deficiências são inferiores a outras” (PEREIRA, 2008, 18). Concorda-se com Pereira que, “o termo é fundamental em qualquer discussão da deficiência que parta do ponto de vista emancipatório de que as pessoas com deficiência são socialmente oprimidas” (2008, p. 19).

O discurso capacitista, tem raízes profundas e é organizado numa grande narrativa, sob a égide da corponormatividade, hierarquizando de forma discriminada e preconceituosa as pessoas com deficiência. Ele se materializa por meio de atitudes discriminatórias, em função da adequação de corpos ou pelo ideal de beleza e capacidade funcional (MELLO, 2016). Essas percepções presentes em diversas





dimensões e espaços, entre eles o espaço educacional, promovem um tratamento desigual das pessoas, inferiorizando, depreciando ou mesmo tratando-as como heróis.

O capacitismo além de causar constrangimentos, devido a deficiências reais ou presumidas, ignora o poder de transformação dos sujeitos. Diante da presença do capacitismo, ainda que tais estigmas não estejam contemporaneamente presente nas políticas e leis, eles podem se materializar, acontecer, na sua implementação, o que pode abrir as portas de um passado recente, no qual pessoas com deficiências eram separados da sociedade e na educação escolar, colocados em espaços e classes especiais. Um exemplo é a recente proposta, sustada meio a notas de repúdio, do Decreto 10502/20, de 30 de setembro de 2020, de uma “nova” Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida que, na verdade, representa retrocesso em relação ao processo de inclusão como norteador para as práticas educacionais da PNEEPEI.

Por fim, com base nas discussões anteriores, é preciso considerar que a forma como a sociedade tem-se estruturado é que tem construído historicamente e culturalmente as barreiras e colocado as pessoas com deficiência em desvantagem, situações que são vivenciadas e experienciadas por estes sujeitos. Considerar o capacitismo no trabalho que vem sendo desenvolvido tem nos levado a refletir que é necessário garantir, às pessoas com deficiência, as condições de participação da vida social em igualdade de direitos e que tal garantia se efetiva a partir das ações de Políticas específicas do Estado e da sociedade como um todo, sobretudo no campo educacional.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa está sendo realizada na Universidade Federal do Espírito Santo de Alegre/ES (Ufes/Alegre) e envolve três estudantes com deficiência visual (baixa visão) ingressantes a mais de dois anos no ensino superior e que recebem assistência do





Núcleo de Acessibilidade da Ufes (NaUfes). Os estudantes têm idades de 23 e 24 anos e para a entrevista se autodenominam: Lenda, Penumbra e Sombra.<sup>5</sup>

Por meio do termo de consentimento livre e esclarecido, os estudantes manifestaram a livre concordância, sendo a pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da Ufes, sob o parecer nº 4.669.856 de 26 de abril de 2021, e todos os princípios éticos assegurados.

A abordagem qualitativa permitiu o contato direto com os estudantes participantes da pesquisa, bem como com a situação estudada (SPINDOLA; SANTOS, 2003). Para a produção de dados optou-se pelo método de História de Vida Tópica (HVT), já que se escolheu focalizar a etapa da vida dos estudantes relacionada à sua trajetória educacional (BONI; QUARESMA, 2005).

Com relação aos procedimentos para produção de dados foram realizadas Entrevistas Narrativas (EN), elaboradas com base na proposta de Jovchelovitch e Bauer (2008), que aconteceram em três encontros com cada estudante, portanto, nove, ao todo. Foram realizadas gravações audiovisuais e, além delas, utilizou-se registros em diário de campo. Produziu-se em torno de dez horas de EN, que está em processo de transcrição e cujos dados serão analisados e interpretados com base na proposta de Schultz (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008).

## **APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS**

A partir das narrativas dos estudantes com deficiência, duas já transcritas na íntegra, os resultados iniciais mostram trajetórias educacionais constituídas pela presença de certos “traumas” experienciados na educação básica, alguns ainda presentes no contexto universitário. Eles narram, por exemplo, não haver diálogo entre professores e serviço de apoio relacionado a material de aula, planejamento das ações a eles voltadas, ausência de entrega antecipada de material, tais como textos ampliados e slides. Contudo, tão importante quanto evidenciar as barreiras atitudinais e ausência de direitos, são os relatos sobre suas reações quando confrontados por aquelas situações de

---

<sup>5</sup> No quesito sigilo usamos esses nomes fictícios escolhidos pelos próprios estudantes.





ausência de acessibilidade. As vivências também trazem atos de resistência e empoderamento. Além disso, é interessante que, durante as EN, os estudantes puderam fazer uma autorreflexão de suas vivências educacionais anteriores, sob novas perspectivas, inclusive comparando o que tiveram antes com as vivências atuais, conforme o excerto a seguir.

[...] Assim eu vou te falar a verdade, se fosse pra fazer tudo de novo, eu faria tudo de novo, porque foi isso que me permitiu desenvolver sabe, imagina só se eu fico dentro de casa [...] Até mesmo quando eu cheguei na faculdade, para conseguir o acompanhamento dos monitores, na primeira, segunda, lá na terceira semana que eu fui ter um monitor, eu tinha que desembolar ali, chegar em outra mesa, tirar umas fotos e tal, então assim, foi um processo que nos permite formar um pensamento ou uma postura mais ativa, sabe! [...] você acaba desenvolvendo algumas amizades e acabam te ajudando, e o que me ajudou a me formar no ensino básico e no ensino médio foram as amizades que eu adquiri ao longo desse percurso, você vai ver mais pra frente aí o quanto isso influenciou na minha vida [...] (LENDA, 08 de maio de 2021).

Isto confirma a importância da inserção dos estudantes com deficiência nas escolas regulares. É estando no coletivo, na relação com o outro, que todos aprendem e desenvolvem, inclusive, é nesse processo que surgem as possibilidades de criar estratégias e alternativas, como narrado pelo estudante, referindo-se à primeira série.

[...] eu comecei a desenvolver uma nova estratégia, cada um tem sua estratégia [...] e eu levantava da cadeira e ia lá e visualizava aquela frase toda, sentava na cadeira e transcrevia, e isso foi durante a primeira série toda [...] foi importante também esse processo de ir e voltar, ir e voltar, porque me permitiu aprender né, aprender a escrever né, como eu ia aprender a ler e a escrever se eu não tivesse como ir lá e vir? Então era ruim, mas foi importante [...] (LENDA, 08 de maio de 2021)

Vale lembrar Vigotski (1997) que chama atenção para o fato de que é somente no processo da vida social coletiva que o ser humano se desenvolve e cria o que ele denomina de formas superiores de atividade ou funções psicológicas superiores, como o pensamento abstrato, a atenção voluntária, a memorização ativa, o raciocínio lógico e dedutivo, a capacidade de planejamento, entre outros, que foram, antes de tudo, um acontecimento social, a relação entre duas pessoas.





Na Ufes/Alegre, as ações de acessibilidade são desenvolvidas desde 2013, e atualmente conta com um grupo de profissionais de outras áreas e setores que voluntariamente conciliam com funções específicas. Em 2020, pela Portaria conjunta nº 004 foi instituída uma Comissão Permanente de Acessibilidade no âmbito da Ufes/Alegre. Portanto, a realidade ainda é de muitos desafios e de busca por reorganizar e institucionalizar as ações do núcleo.

Pelo NaUfes/Alegre, os estudantes contam com o apoio dos monitores, selecionados por meio dos editais do Programa Incluir, na produção e ampliação de materiais e monitorias individuais, e nas narrativas contam da importância dessas ações para a permanência na universidade.

[...] comecei a analisar como é que foi a minha ida para a faculdade, nada a ver com aquilo que eu imaginava, nada a ver com aquilo que eu esperava, porque assim, as oportunidades cara, o NaUfes, os ledores, as pessoas, os amigos, cara, tipo assim [...] foram situações que eu nunca tinha vivido antes, então foi algo muito bom, esse primeiro semestre na faculdade (LENDA, 28 de maio de 2021).

[...] e foi assim que eu entrei no programa NaUfes, que é um programa de acessibilidade, que é ter acessibilidade em aulas, monitorias particulares, e esse período foi o que eu mais gostei e iniciou um estágio de transição para minha época na UFES, porque eu comecei a melhorar, cada conversa que eu tive, os monitores particulares, eu marcava horário com eles para ter estudos individuais, e isso me ajudou muito e até hoje me ajuda, porque me ajudou a alavancar muito o meu desempenho mudou bastante, e tanto o meu CR, que era baixo subiu muito, não tá o ideal mas tá melhor que antes (SOMBRA, 15 de maio de 2021).

Como visto, as ações do núcleo são necessárias desde o ingresso na universidade, pois nele há outros desafios próprios do ambiente acadêmico que, somados à ausência de acessibilidade para os estudantes com deficiência, podem dificultar o desenvolvimento acadêmico e a permanência no curso. Conforme o relatado por Lenda, é fato que os estudantes também constroem suas estratégias, como o trabalho colaborativo com outros estudantes, contudo, é preciso somar-se a elas ações institucionalizadas específicas, de forma que envolva toda a comunidade acadêmica, inclusive, que os núcleos de acessibilidades possam contar com espaços e servidores próprios para as atividades e serviços.





Com relação ao capacitismo, observa-se como ele é presente nas vivências dos estudantes e como as atitudes capacitistas são preconceituosas e discriminatórias por crenças equivocadas que presumem o que o outro é ou não capaz. Lenda conta que é apaixonado por jogar bola, desde pequeno, e muitas vezes foi desmotivado e/ou impedido por professores e/ou colegas de escola de praticar.

[...] eu sou apaixonado em jogar bola, e os professores meio que assim [...] eu tinha a comunicação com meus amigos, mas na hora do recreio eu queria brincar com os meninos, mas ali eu não tinha muito espaço né, por eu ter um pouquinho de dificuldade em enxergar, e eles meio que não deixavam, não conseguiam interagir ali [...] então teve esse processo aí, de alguns professores que também não, sabe falta um pouco de proatividade, de chegar lá, de convidar, de querer tipo vai lá e tenta rapaz, faz sim, e via a gente na educação física querendo brincar sabe, então não custa nada [...] (LENDA, 08 de maio de 2021)

Logo, o capacitismo é mais uma barreira que oprime as pessoas com deficiência, sendo portanto fundamental reconhecê-lo e romper com esse imaginário social de que pessoas são incapazes por terem uma deficiência real ou presumida, pois com essa desconstrução, as pessoas são reconhecidas em sua autonomia e independência, bastando que por direito e quando necessário incluí-la por meio de atitudes e de acessibilidades.

[...] mas por fim depois que eu fiquei um pouco mais velho ... um pouco mais comunicativo isso foi acabando [...] não era que eu fazia de qualquer jeito e dava certo, não! Eu conseguia jogar bola, eu conseguia estar ali fazendo uma atividade coletiva e conseguia contribuir positivamente para que a equipe conseguisse render [...] aqueles traumas lá do passado que eu sofria bullying, eu sofria muito bullying na época do ensino fundamental, principalmente na época da, primeira série, segunda série, que eu era chamado de ceguinho, então meio que eu tinha um pouco de trauma, um pouco de vergonha de fazer as coisas sabe, de me apresentar para algumas situações e quando nessa fase do ensino médio eu tenho a oportunidade de jogar o campeonato [...] e jogar os jogos escolares [...] e comecei a jogar no time [...] aquilo ali pra mim foi quebra de todos os paradigmas, todas as coisas que tinham barreiras na minha mente e era uma coisa que eu era apaixonado por fazer sabe, era uma coisa que me deixava muito bem, muito feliz [...] (LENDA, 27 de maio de 2021)

Enfim, ressalta-se que as interações sociais, a participação e o envolvimento com o meio social são bases essenciais para desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes com deficiência, pois contribuem para o desenvolvimento dos processos de



compensação social, de superação, principalmente, quando diante atitudes capacitistas que ainda permeiam o meio em que vivem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a reorganização do ensino da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva comporte algumas lacunas, pois deixa brechas para as instituições especializadas atuarem, ela vem caracterizando os princípios da ação pedagógica da Educação Especial na educação básica e superior.

A reflexão presente neste artigo pretende, assim como a experiência que estamos vivendo durante a produção da dissertação, motivar as leituras e os debates relacionados ao tema. Ademais, são necessárias mais pesquisas sobre o tema capacitismo, principalmente no espaço educacional, mas não só nele, fomentar reivindicações a não individualização da deficiência, não biologização da deficiência, chamando a atenção para a autonomia e, inclusive, a participação das pessoas com deficiência nas decisões que devem ser tomadas, considerando que são capazes de dizer sobre si.

## REFERÊNCIAS

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

\_\_\_\_\_. **Documento Orientador Programa Incluir- Acessibilidade na Educação Superior**. SECADI/SESu-2013.



. **Lei nº 13.409**, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

CAMPBELL, Fiona Kumari. Exploring Internalized Ableism Using Critical Race Theory. **Disability & Society**. 2008. 23.10.1080/09687590701841190. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/29467719\\_Exploring\\_Internalized\\_Ableism](https://www.researchgate.net/publication/29467719_Exploring_Internalized_Ableism)

DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência** – SEDPcD/Diversitas/USP Legal – São Paulo, junho/2013.

GLAT, Rosana; SANTOS, R. S.; PLETSCH, M. D.; NOGUEIRA, M. L. DE L.; DUQUE, M. A. F. T. O método de história de vida na pesquisa em educação especial. **Revista Brasileira**, ED, Espanha, Marília, maio, ago. 2004, vol. 10, n 2. p. 235-250.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 90-113. BAUER, Martin W; GASKELL, George (editores). Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Políticas de educação especial no Brasil: da assistência aos deficientes à educação escolar**. 1994. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, Oct. 2016.

PEREIRA, Ana Maria Albergalina Baila. **Viagem ao interior da Sombra: deficiência, doença crônica numa sociedade capacitista**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Coimbra, 2008.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?). **Revista Esc. Enferm. USP**. 2003, p. 119-126.

VIGOTSKI, L. S. **Fundamentos de defectologia**. In: Obras completas. Tomo V. Trad. de Maria del Carmen Ponce Fernandez. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997.

